

**COORDENAÇÃO**

NANCY ANDRIGHI

**CORREGEDORIA  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA  
ORGANIZAÇÃO  
E PROCEDIMENTOS**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright* © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Camila Araújo

- Fechamento desta edição: 25/10/2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T626c

Corregedoria Nacional de Justiça. : organização e procedimentos / Adílio Tonet ... [et. al.] ; coordenação Nancy Andrighi. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-309-7327-8

1. Brasil. Corregedoria Nacional de Justiça. 2. Direito constitucional. I. Andrighi, Nancy.  
II. Título.

# SUMÁRIO

Introdução.....	XIII
<b>Capítulo I – Surgimento, princípios e finalidade da Corregedoria Nacional de Justiça .....</b>	<b>1</b>
1.1. Considerações preliminares.....	1
1.2. Natureza e composição do Conselho Nacional de Justiça .....	2
1.2.1. Da composição do Conselho Nacional de Justiça .....	2
1.2.2. Das competências do Conselho Nacional de Justiça.....	4
1.3. Atribuições constitucionais e regimentais do corregedor nacional de justiça.....	6
1.4. Competência concorrente em matéria disciplinar e princípios que regem a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça.....	8
1.4.1. Da competência concorrente.....	8
1.4.2. Dos princípios .....	10
<b>Capítulo II – Instrumentos de atuação da Corregedoria Nacional de Justiça .....</b>	<b>17</b>
2.1. Introdução .....	17
2.2. Representação por excesso de prazo.....	18
2.2.1. Pressupostos.....	19
2.2.2. Critérios para a verificação do excesso de prazo injustificado.....	21
2.2.3. Do trâmite da representação por excesso de prazo ....	24
2.2.4. Representação por excesso de prazo – Resumo.....	27
2.3. Reclamação disciplinar .....	28
2.3.1. Competência concorrente – Primariedade da Corregedoria Nacional de Justiça.....	28
2.3.2. Pressupostos.....	32
2.3.3. Trâmite .....	32

2.3.4.	Da reclamação disciplinar que aborda crime cometido via decisão judicial .....	34
2.3.5.	Reclamação disciplinar – Resumo .....	39
2.4.	Pedido de providências .....	39
2.4.1.	Pedido de providências – Resumo .....	42
2.5.	Sindicância .....	42
2.5.1.	Lineamentos gerais .....	42
2.5.2.	Da observância do contraditório e ampla defesa na sindicância .....	45
2.5.3.	Do trâmite da sindicância .....	50
2.5.4.	Sindicância – Resumo .....	57
2.6.	Avocação .....	58
2.6.1.	Lineamentos gerais .....	58
2.6.2.	Do objeto da avocação .....	60
2.6.3.	Do trâmite da avocação no CNJ .....	62
2.6.4.	Avocação – Resumo .....	64
2.7.	Revisão disciplinar .....	64
2.7.1.	Lineamentos gerais .....	64
2.7.2.	Do conceito de “processos disciplinares julgados” .....	65
2.7.3.	Dos pressupostos para a revisão dos processos administrativos disciplinares .....	69
2.7.3.1.	O prazo decadencial .....	70
2.7.3.2.	A legitimidade passiva .....	72
2.7.4.	Das hipóteses de cabimento .....	74
2.7.5.	Do procedimento no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça .....	76
2.7.6.	Revisão disciplinar – Resumo .....	77
2.8.	Inspeção e correição .....	77
2.8.1.	Da inspeção .....	78
2.8.2.	Da correição .....	81
2.9.	Recurso administrativo .....	82
2.10.	Controle Judicial das decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça .....	85
2.10.1.	Da competência para apreciação de ações contra o CNJ .....	85
2.10.2.	Dos limites da revisão jurídica dos atos do CNJ .....	88
2.11.	O poder geral de cautela da Corregedoria Nacional de Justiça .....	91

2.12.	Atividade normativa (recomendações, provimentos, instruções e orientações) .....	94
2.13.	Das sessões de julgamento.....	95
2.13.1.	Das sessões virtuais.....	95
2.13.2.	Do sigilo nos procedimentos.....	96
<b>Capítulo III – Os serviços notariais e de registro e a Corregedoria Nacional de Justiça</b> .....		99
3.1.	Natureza e submissão das serventias extrajudiciais ao controle do Poder Judiciário.....	99
3.2.	Do controle administrativo exercido pela Corregedoria Nacional sobre a atividade cartorial.....	100
3.3.	Do controle disciplinar e correccional exercido pela Corregedoria Nacional sobre a atividade cartorial.....	104
3.4.	Temas recorrentes no CNJ quanto às Serventias Extrajudiciais.....	108
3.4.1.	Da imprescindibilidade do concurso público para outorga das delegações das serventias extrajudiciais e sua consequência para o CNJ .....	108
3.4.2.	Do concurso público para o provimento derivado e as remoções irregulares.....	112
3.4.3.	Do teto remuneratório dos responsáveis interinamente por delegações vagas do serviço extrajudicial de notas e de registro.....	116
3.4.4.	Da obediência ao princípio da territorialidade para realização de notificação extrajudicial .....	120
3.5.	Atos Normativos da Corregedoria Nacional de Justiça referentes à regulação da atuação das serventias extrajudiciais.....	122
<b>Capítulo IV – Temas jurídicos afetos à atuação da Corregedoria Nacional de Justiça</b> .....		125
4.1.	A aposentadoria e sua repercussão na apuração de infração disciplinar .....	125
4.1.1.	Do <i>jus puniendi</i> administrativo e das funções da sanção disciplinar.....	125
4.2.	A prescrição e a decadência no direito administrativo-disciplinar .....	131
4.2.1.	Os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da boa-fé no Estado Democrático de Direito.....	131

4.2.2.	A prescrição da pretensão punitiva disciplinar.....	133
4.2.2.1.	O primeiro momento do exercício da pretensão punitiva disciplinar e seu prazo.....	134
4.2.2.2.	A utilização do prazo prescricional penal na hipótese de a infração disciplinar também ser capitulada como crime.....	135
4.2.2.3.	O termo inicial do prazo prescricional do primeiro momento de exercício da pretensão punitiva disciplinar.....	137
4.2.2.4.	A interrupção do primeiro momento do prazo prescricional.....	138
4.2.2.5.	O término da interrupção e a volta do curso do prazo prescricional.....	139
4.2.3.	A decadência e o direito de rever os processos disciplinares.....	141
4.3.	A análise de eventuais distorções patrimoniais de servidores e membros do Poder Judiciário pela Corregedoria Nacional de Justiça.....	142
4.4.	O sigilo nos procedimentos afetos à Corregedoria Nacional de Justiça.....	147
4.5.	A fiscalização da atividade administrativa e financeira dos tribunais.....	154
4.5.1.	A relação da Corregedoria Nacional de Justiça com órgãos de controle externo e interno.....	158
<b>Capítulo V – O sistema de corregedorias no âmbito nacional, federal, regional e estadual.....</b>		<b>163</b>
5.1.	A relação entre a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.....	165
5.2.	A convivência harmônica com as Corregedorias dos Tribunais de Justiça Estaduais.....	168
5.3.	A Coordenação de Controle Regional das 5 (cinco) Regiões do País (CCR5).....	170
<b>Capítulo VI – Conclusão.....</b>		<b>175</b>
<b>Bibliografia.....</b>		<b>179</b>
<b>Anexos.....</b>		<b>181</b>